

## **V SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2015)**

### **A SITUAÇÃO DAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE E O APOIO MATRICIAL EM SAÚDE MENTAL A EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA INSERIDAS NO SISTEMA PRISIONAL**

Autora: Juliane Pacheco Paim

Co-autora: Aline Matos Fuzinato

Professora Coordenadora: Renata Maria Dotta Panichi

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP

**Objetivo:** O presente resumo apresenta os resultados da pesquisa “A situação das mulheres privadas de liberdade e o apoio matricial em saúde mental a equipes de atenção básica inseridas no sistema prisional”, que teve como objetivo conhecer a situação psicossocial das mulheres privadas de liberdade no Presídio Feminino Madre Pelletier (PFMP) – Porto Alegre/RS, a fim de construir uma linha de cuidado a saúde das mulheres privadas de liberdade no sistema prisional. A pesquisa, que teve duração de 24 meses, ocorreu nos anos 2014 e 2015, tendo como fonte financiadora a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

**Metodologia:** Trata-se de um trabalho pioneiro em nível nacional, interinstitucional, com a participação da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Fundação Escola Superior do Ministério Público. A metodologia utilizada foi a pesquisa intervenção, descritiva exploratória. A intervenção foi realizada com a Equipe de Atenção Básica na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, utilizando o apoio matricial como método de trabalho. A coleta de dados qualitativos do apoio matricial em saúde mental foi realizada por meio de grupos focais pré-intervenção, realizados com os trabalhadores que compõe a equipe de saúde. Este teve como objetivo conhecer o processo de trabalho da equipe e as principais demandas em saúde mental percebidas por ela. Os encontros de apoio matricial foram planejados a partir da análise de conteúdo dos grupos focais com técnicas de discussões de caso, elaboração de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) e oficinas de educação continuada. Todos os encontros foram gravados e transcritos para posterior análise de conteúdo. Utilizando o método Paidéia (CAMPOS; CUNHA, 2010), os encontros entre equipe de referência e equipe apoiadora buscaram a construção de espaços para a comunicação ativa e o compartilhamento do conhecimento entre profissionais envolvidos, visando disparar um processo de educação permanente, a partir de aprendizado vivencial auto analítico, desdobrado em duas dimensões: suporte assistencial (ação direta aos usuários) e técnico-pedagógico (ações de apoio educativas com e para a equipe). Após a intervenção, serão realizados dois grupos focais pós-intervenção para avaliar conjuntamente o impacto do apoio matricial.

**Resultados:** Foi possível identificar que as os problemas em saúde mental, como ansiedade e depressão, foram as principais demandas de atendimento da equipe, bem como a alta prevalência de mulheres que fazem uso de

medicação psiquiátrica. Nos sete meses de intervenção foi realizada a discussão de casos clínicos no cotidiano do serviço e oficinas de educação permanente nas temáticas de gênero, sexualidade, projeto terapêutico singular, drogas e linha de cuidado. Os temas foram definidos a partir da necessidade identificada no processo de apoio matricial. No atual momento, o grupo de pesquisa está realizando a análise qualitativa dos dados coletados, que serão posteriormente consolidados na produção de conhecimento científico sólido para a garantia do cuidado em saúde das mulheres privadas de liberdade.

Palavras-chave: Direito à saúde. Gênero. Saúde Coletiva. Prisão.

## Referências

DOTTA-PANICH, Renata Maria. The right to health:women in prison and mental health. Tese de doutorado. UFCSPA, 2014.

BRASIL. Lei número 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Gabinete do Ministério/Ministério da Saúde. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil03/leis/l8080.htm>. Acesso em maio 2010.

Portaria Interministerial MS/MJ número 1,2 de janeiro de 2014. Aprova a Política Nacional de Atenção Integral à saúde no sistema prisional (PNAISP). Brasília. Ministério da Saúde/ Ministério da Justiça, 2014. Disponível em : <[http://bvms.saude.gov.br/brs/saudelegis/gm/2014/prt0001\\_02\\_01\\_2014.html](http://bvms.saude.gov.br/brs/saudelegis/gm/2014/prt0001_02_01_2014.html)>. Acesso em jan. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução número 2010/16 de 22 de julho de 2010. Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok). S/I: ONU, 2010.

Portaria GM/MS número 482, 1 de abril de 2014. Aprova as normas de operacionalização e financiamento da Política Nacional de Atenção Integral à saúde no Sistema Prisional (PNAISP). Brasília: gabinete do Ministério/Ministério da Saúde; 2014. Disponível em: [http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/port0482\\_01\\_04\\_2014.html](http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/port0482_01_04_2014.html)>Acesso em abril 2014.